
A INTERDISCIPLINARIDADE NO CONTEXTO DA INCLUSÃO ESCOLAR

Adilson Bergamo Júnior; Andréa A.F. Vital; Dulcinéia L. Mendes Rubim; Vera Márcia G. da Silva Pina (Mestrandos em Distúrbios do Desenvolvimento, UPM e Silvana Maria Blascovi de Assis (Docente do Programa de Pós-graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, UPM)

RESUMO: A análise dos termos interdisciplinaridade e inclusão, bem como a carência de registros sobre experiências interdisciplinares e documentos teóricos que indiquem a associação dos dois termos nas propostas pedagógicas voltadas à inclusão escolar, são os eixos norteadores deste artigo. O objetivo desse estudo foi, portanto, refletir sobre o significado de inclusão e de interdisciplinaridade como propostas que são caracterizadas pelo empenho coletivo. A pesquisa foi realizada a partir de levantamento bibliográfico sobre o tema em livros, dissertações, teses e artigos. Os dois conceitos e as questões históricas que os caracterizam possibilitaram reflexões sobre a importância da relação entre ambos no atendimento de crianças e jovens com deficiências e Necessidades Educacionais Especiais. Para que, de fato, a inclusão escolar e social possa ocorrer, a interdisciplinaridade se apresenta como um caminho que tem muito a contribuir através do envolvimento de diferentes profissionais na busca desse ideal.

Palavras-chave: inclusão; interdisciplinaridade; educação

ABSTRACT: The analysis of the terms interdisciplinary and inclusion, as well as the lack of records on interdisciplinary experience and theoretical documents which indicate the association of the two terms in the pedagogical proposals aimed at the school inclusion are the main guiding axis of this article. The aim of this study was therefore to reflect on the meaning of inclusion and interdisciplinary as proposals that are characterized by collective commitment. The research was conducted from bibliographic research on the topic in books, articles and theses. The two concepts and historical issues which characterize them made reflections on the importance of the relationship between both of them possible: the children and youth care with disabilities and Special Educational Needs. In order to the school and social inclusion occur, the interdisciplinary should present itself as a path which has much to contribute through the involvement of various professionals in pursuing this goal.

Keywords: inclusion; interdisciplinary; education

1. INTRODUÇÃO

A colaboração entre disciplinas e profissionais de diferentes áreas do saber é freqüentemente apontada como possível solução para problemas de ordem prática enfrentados pelos profissionais de diferentes áreas do conhecimento.

Inúmeros trabalhos científicos têm sido produzidos no Brasil referentes à importância da interdisciplinaridade. Todavia, a discussão a respeito de sua conceituação vem se arrastando há décadas, sendo escassos os registros de relatos de práticas interdisciplinares na área de educação, sob a qual se destina o enfoque deste trabalho. Ao mesmo tempo, considerando-se que a inclusão escolar requer um compromisso coletivo para que possa de fato acontecer nos diferentes ambientes sociais, a visão interdisciplinar torna-se fundamental para que o convívio social possa acontecer naturalmente. Professores, médicos, terapeutas, advogados, engenheiros, arquitetos e tantos outros devem conhecer e estudar princípios e práticas que possam oportunizar suas ações em benefício dessa proposta nas situações escolares, de trabalho ou lazer.

2. OBJETIVO E MÉTODO

O objetivo desse estudo foi, portanto, refletir sobre o significado dos termos inclusão e interdisciplinaridade e identificar a relação entre ambos em publicações na área da educação. Os textos foram selecionados a partir de levantamento bibliográfico sobre o tema em livros, dissertações, teses e artigos científicos.

3. INTERDISCIPLINARIDADE

Para compreender melhor os mecanismos envolvidos nas práticas interdisciplinares, faz-se necessário revisitarmos alguns teóricos que apontam alternativas voltadas à construção e aquisição do conhecimento. Neste sentido,

Descartes inaugurou definitivamente o pensamento moderno, ao propor o uso disciplinado da razão como caminho para o conhecimento verdadeiro e definitivo da realidade e formulou os princípios dessa nova forma de produção de saberes, caracterizado por uma série de operações de decomposição da coisa a conhecer e pela redução às suas partes mais simples. Esse modelo é conhecido como modelo cartesiano e tornou-se um paradigma. (Vilela e Mendes, 2003, p. 526).

A partir do pressuposto cartesiano, a ciência foi-se desenvolvendo ao longo de décadas com base na noção de especialização, através da criação de novas profissões e com a adoção de um novo sistema de ensino e de formação com fundamento na disciplinaridade.

Com o avanço da ciência, o paradigma cartesiano apresenta sinais de esgotamento, e nesse contexto, a interdisciplinaridade conquista seu lugar como uma alternativa para a substituição do jeito de se produzir e transmitir conhecimento, no propósito de superar a visão disciplinar (Vilela e Mendes, 2003).

As implicações decorrentes dos questionamentos da concepção dominante provocaram a construção do conceito de interdisciplinaridade, porém tal conceito vem sendo discutido desde os anos 70.

Nesse contexto, o esforço de integração da interdisciplinaridade se apresenta como o remédio mais adequado à cancerização ou à patologia geral do saber. A interdisciplinaridade se caracteriza pela

intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa. (Japiassu, 1976, p.30).

Cumprido ressaltar que a interdisciplinaridade é baseada, antes de tudo, na relação entre pessoas, o que implica nos problemas contidos em todas as relações interpessoais.

Assim, verifica-se que:

A interdisciplinaridade é considerada uma inter-relação e interação das disciplinas a fim de atingir um objetivo comum. Nesse caso, ocorre uma unificação conceitual dos métodos e estruturas em que as potencialidades das disciplinas são exploradas e ampliadas. Estabelece-se uma interdependência entre as disciplinas, busca-se o diálogo com outras formas de conhecimento e com outras metodologias, com objetivo de construir um novo conhecimento. Dessa maneira a interdisciplinaridade se apresenta como resposta à diversidade, à complexidade e à dinâmica do mundo atual. (Vilela e Mendes, 2003, p. 529).

Porém, mesmo diante do consenso de vários teóricos a respeito da relevância da interdisciplinaridade como ferramenta para evolução dos profissionais e, principalmente, dos educandos - destinatários de tais projetos interdisciplinares - é possível observar que não foram produzidos grandes avanços que poderiam acarretar em reflexos significativos a respeito da interdisciplinaridade no cotidiano educacional brasileiro.

4. INCLUSÃO ESCOLAR

Em 1988, com a nova Constituição Federal Brasileira, tornou-se necessário uma nova lei geral de educação, que passou a vigorar como Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 .

Esta lei tornou-se um divisor de águas na história da inclusão escolar de pessoas com deficiência e necessidades educacionais, pois, mesmo a situação destes sendo contemplada na Constituição Federal, a partir da LDB, houve efetivamente um movimento das instituições educacionais na direção da inclusão dos mesmos em escolas de ensino regular. A pessoa com deficiência passa a ser reconhecida pela sociedade como cidadã com direito a educação e amparo legal. Porém, junto com a LDB, impõem-se a necessidade de reformulação do ensino, que passa conseqüentemente, pela redefinição do papel do professor, bem como de suas práticas educativas, até então vivenciadas e, como não poderia ser diferente, uma redefinição sobre a formação dos profissionais para atuarem neste cenário de inclusão que começa a se descortinar.

A escola inclusiva surge como uma manifestação social em defesa da igualdade de direitos, baseando-se em princípios éticos, promovendo a equidade e a eliminação de qualquer tipo de discriminação. De acordo com o dicionário Larousse (1999), o termo incluir tem como sinônimos, compreender, abranger, encerrar, inserir, envolver, implicar, somar, entre outros. Segundo Sassaki,

Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida (Sasaki, 1997, p. 41).

Dentro deste contexto, os projetos pedagógicos precisaram ser revistos, a escola passa a ser uma instituição democrática, um espaço onde todos têm o direito de receber educação de qualidade. A LDB prevê professores com especialização adequada em nível médio ou superior, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração. A inclusão deixou de ser um detalhe na história da educação para tornar-se um desafio a ser vencido pelos professores, pois ao mesmo tempo em que a lei impõe a necessidade, deixa de especificar a formação do “novo” profissional da educação, sendo reservada aos municípios a realização de programas de capacitação para todos os professores em exercício.

Dos documentos lançados de 1988 a 2006, apenas dois deram destaque à formação específica do professor para a Educação Especial que, em linhas gerais, como assinala Bueno (1999), contempla dois tipos de formação profissional docente: professores “generalistas” do ensino regular, com um mínimo de conhecimento e prática sobre alunado diversificado; e professores “especialistas” nas diferentes “necessidades educativas especiais”, quer seja para atendimento direto à essa população, quer seja para apoio ao trabalho realizado por professores de classes regulares que integrem esses alunos.

Mesmo diante das alternativas governamentais para a capacitação, seja ela generalista ou especialista, muitos são os relatos de professores que demonstram despreparo, individualismo profissional, resistência e sentimento de abandono, frente a inclusão escolar, refletindo a precariedade de alternativas práticas que viabilizem um processo educacional de qualidade. Poli (2006) descreve alguns destes relatos:

“Sou a favor, porém percebo que está recebendo a pessoa especial, deveria estar preparada pois até agora a criança não tem um profissional preparado para suprir as necessidades deles.” ou “Não concordo, pois acho que eles devem ter local e educação especializada.”

“Condições para que o professor tenha possibilidades de aprender a trabalhar diferenciadamente juntamente e frequentemente acompanhado por profissionais especializados (fono, psicólogo, psicopedagogos e médicos especializados).”

“As desvantagens são para os próprios incluídos que acabam não tendo atendimento adequado e as vantagens são para os governantes que diminuem os gastos públicos e não precisam investir no atendimento adequado a essas pessoas, e se eximem de suas responsabilidades.”

Gomes e Barbosa (2006) também relatam experiência parecida com professores do ensino fundamental da rede municipal de Mogi das Cruzes e concluem que:

Mesmo caracterizados como possuidores de uma formação acadêmica que contempla os objetivos estabelecidos pela legislação brasileira, os docentes participantes desta pesquisa parecem não possuir um preparo profissional adequado para atuar com PPC em suas salas de aula regulares. Ressalta-se que os próprios docentes afirmam não estar capacitados para a atuação em uma escola inclusiva. Apresentaram, inclusive, atitudes negativas quanto à política educacional inclusiva promovida no país.

5. DISCUSSÃO

É preciso ponderar, em particular, a importância da interdisciplinaridade no que tange ao atendimento de crianças e jovens com deficiências e Necessidades Educacionais Especiais, uma vez que, saberes estanques em nada colaboram com o desenvolvimento das potencialidades desses educandos. Assim, se faz absolutamente necessária a formação de redes interdisciplinares entre famílias, educandos, educadores, profissionais da saúde e de outras áreas envolvidos no trabalho, para que possa de fato ocorrer uma ação conjunta de verdadeira troca de saber, onde todos os atores desta rede estejam unidos com um único objetivo, o progresso dessas crianças e jovens. Conforme nos aponta Bordoní¹,

O ponto de partida e de chegada de uma prática interdisciplinar está na ação. Dessa forma, através do diálogo que se estabelece entre as disciplinas e entre os sujeitos das ações, a interdisciplinaridade devolve a identidade às disciplinas, fortalecendo-se e evidenciando uma mudança de postura na prática pedagógica. Tal atitude embasa-se no reconhecimento da provisoriedade do conhecimento, no questionamento constante das próprias posições assumidas e dos procedimentos adotados, no respeito à individualidade e na abertura à investigação em busca da totalidade do conhecimento.

Sob outro aspecto, a interdisciplinaridade, bem como a inclusão, são baseadas, antes de tudo, na relação entre pessoas, o que implica nos problemas contidos em todas as relações interpessoais:

A interdisciplinaridade é considerada uma inter-relação e interação das disciplinas a fim de atingir um objetivo comum. Nesse caso, ocorre uma unificação conceitual dos métodos e estruturas em que as potencialidades das disciplinas são exploradas e ampliadas. Estabelece-se uma interdependência entre as disciplinas, busca-se o diálogo com outras formas de conhecimento e com outras metodologias, com objetivo de construir um novo conhecimento. Dessa maneira a interdisciplinaridade se apresenta como resposta à diversidade, à complexidade e à dinâmica do mundo atual (Vilela e Mendes, 2003, p. 529).

¹ www.forumeducacao.hpg.ig.com.br/textos.didática.htm

Assim como o conceito de interdisciplinaridade vem sendo discutido desde os anos 70, buscando-se um consenso conceitual, debate-se sobre o mesmo tema sem que as práticas interdisciplinares sejam disseminadas e relatadas. O mesmo cenário tem sido apresentado no que tange às práticas pedagógicas e políticas públicas que viabilizem a inclusão no sentido íntegro do conceito delineado historicamente até aqui, ou seja, o esforço de todas as áreas do conhecimento para a inclusão de todos que possam ser beneficiados por esta proposta no ensino regular.

No sistema educacional a idéia de inclusão passa por um momento de transição marcado pela dissociação dos termos integrar e incluir que, apesar de serem considerados também sinônimos por alguns estudiosos, são diferenciados por outros, que definem a integração como uma situação que privilegia o aluno com necessidades educativas especiais, dividindo com ele a responsabilidade da inserção, enquanto a inclusão exige também da sociedade condições para essa inserção (Batista e Enumo, 2004).

A história da inclusão de alunos com deficiência nos mostra que “(...) de um lado, havia um modelo de educação especial que adotava as *classes especiais* para alunos com necessidades educativas especiais, propondo-se a um atendimento mais específico” (Mazzotta, 1982). Na medida em que esse modelo contribuía para segregação dessas crianças, a inclusão escolar ganhou força, refletindo os esforços atuais da sociedade pela sua integração em salas regulares de ensino, de forma a aceitar e respeitar suas diferenças (Bueno, 1991; Glat, 1989).

Esse trabalho não tem a pretensão de definir as questões histórico-terminológicas que permearam o processo de inclusão, visto que, independente dessas questões que marcaram o início do uso do termo, muito já se fazia com o mesmo objetivo e as ações eram identificadas através de outros termos.

Considerando que a marca atual da história da inclusão escolar da pessoa com deficiência é um esforço de vários segmentos da sociedade em defesa do direito da mesma ao ensino regular, este trabalho se propõe a refletir sobre o significado de inclusão e de interdisciplinaridade como propostas que são caracterizadas pelo trabalho coletivo, porém, com pouca produção registrada sobre experiências e documentos teóricos que indicam à associação dos dois termos nas propostas pedagógicas voltadas a inclusão escolar.

Santomé (1998, p.45) ressalta que: “a interdisciplinaridade tem sua razão de ser na busca de uma grande teoria, uma nova etapa do desenvolvimento das ciências caracterizado por uma reunificação do saber em um modelo que possa ser aplicado a todos os âmbitos atuais do conhecimento. Para outros, o caminho rumo a maiores parcelas de interdisciplinaridade é provocado pela dificuldade, que se torna mais evidente a cada dia, de delimitar as questões que são objetos deste ou daquele campo de especialização do saber”.

Segundo Frigotto, (1997, p.26): “A questão da interdisciplinaridade se impõem como necessidade e como problema fundamental no plano histórico – cultural e no plano epistemológico”.

Nesse contexto, é preciso compreender a interdisciplinaridade não como algo mágico que busca unificar os métodos científicos, mas sim como a possibilidade de se aceitar e valorizar a diferença, a heterogeneidade entre as disciplinas e campos de conhecimento.

Desta forma é possível, então, compreender a interdisciplinaridade como “o princípio da máxima exploração das potencialidades de cada ciência, da compreensão dos seus limites, mas acima de tudo, é o princípio da diversidade e da criatividade” (Etges 1993, p.18).

Entretanto, é inegável que durante séculos, a sociedade vem construindo muros intransponíveis entre os campos do saber, e talvez ao apostar na interdisciplinaridade como

diz Santomé, signifique apostar também em um tipo de pessoa mais “aberta, flexível, solidária, democrática e crítica” (Santomé, 1998, p.45).

É importante citar que os artigos publicados sobre o assunto demonstram que na área da educação, muitas práticas consideradas como trabalhos interdisciplinares, na realidade versam sobre práticas multidisciplinares que consistem na “justaposição de disciplinas diversas, com intenção de esclarecer os elementos comuns, mas desprovidas de relação aparente entre elas”. (Vilela e Mendes, 2003).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos são os fatores que interferem e dificultam a realização efetiva de um trabalho interdisciplinar em propostas pedagógicas voltadas à inclusão escolar, notadamente diante dos preconceitos e das rivalidades entre os profissionais das diversas áreas que integram o sistema educacional, os trabalhos interdisciplinares ainda não estão enraizados na cultura das organizações, não havendo políticas específicas para tal mister, a considerar o que foi sinalizado no item “Inclusão”, sobre a falta de propostas governamentais no que se refere a formação dos profissionais de educação para a inclusão.

Assim, cumpre ressaltar que:

Qualquer nova situação na vida envolve ansiedade. Esta diz respeito às expectativas criadas diante do desconhecido, em comparação com a avaliação das próprias condições para enfrentar a situação. Cada qual tem que se haver com ela, mesmo que não fale com ninguém sobre isso ou que nem se dê conta dela. (AGUIRRE, 2000, p. 07).

Diante do exposto, podemos concluir que a educação da pessoa com deficiência depende de políticas públicas eficientes que privilegiem a formação do profissional para a inclusão, mas também de uma tomada de atitude individual movida pelo reconhecimento de que incluir é, sobretudo, reconhecer-se como parte de um universo de indivíduos singulares e interdependentes que de uma maneira ou de outra perseguem a própria inclusão nos diferentes contextos sociais. A inclusão, assim como a predisposição para a interdisciplinaridade, depende do nível do respeito à diversidade e da prática da cooperação e solidariedade de cada um.

Dessa forma, é imprescindível que sejam traçados novos caminhos para que a prática interdisciplinar seja disseminada na área de inclusão escolar do país. Amaral, referindo-se à pessoa com deficiência nos sugere novas rotas:

a coragem de olhar de frente para a diferença (...) o oferecimento de oportunidades (e de sua fruição) de ter aparência, aprendizagem e desempenho compatíveis com as possibilidades reais; o favorecimento de acesso a múltiplas experiências... (AMARAL, 1994, p. 45).

A inclusão escolar não é a única possibilidade para que o cidadão com necessidades especiais possa ocupar um espaço ativo na sociedade. Além da escola, situações de trabalho e lazer podem fazer parte do cotidiano desse público. Para que, de fato, a inclusão escolar e social possa ocorrer, a interdisciplinaridade se apresenta como um caminho que tem muito a

contribuir. Ampliar a rede interdisciplinar envolvendo profissionais com diferentes formações nessa proposta e reconhecer o papel social e a importância de cada um nesse processo torna-se, portanto, fundamental na busca desse ideal.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, A.M.B.; HERZBERG, E.; PINTO, E.B. *et al.* **A formação da atitude clínica no estagiário de Psicologia.** Psicologia USP. 11 (1), 49-62, 2000.

AMARAL, L.A. **Pensar a diferença/deficiência.** Brasília: CORDE, 1994.

D'ANTINO, M.E.F. **A máscara e o rosto da instituição especializada: marcas que o passado abriga e o presente esconde.** São Paulo: Memnon, 1998.

BATISTA, M.W; ENUMO, S.R.F. – **Inclusão escolar e deficiência mental: análise da interação social entre companheiros.** Revista Estudos de Psicologia. v. 9 n.1 Natal jan./abr. 2004.

BORDONI, T.C. Fórum Educação: Pedagogia e Educação
www.forumeducacao.hpg.ig.com.br/textos/didatica.htm

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.** 25. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

BRASIL. Congresso Nacional (1996). **Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional – LDB n 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

BUENO, J. G. S. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas?** In: Revista Brasileira de Educação Especial (5), 1999.

BUENO, J. G. S. **Educação Especial Brasileira: A Integração/Segregação do Aluno Diferente.** Tese de doutorado não-publicada, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991.

ETGES, N.J. **Produção do conhecimento e interdisciplinaridade. Educação e Realidade.** Porto Alegre: Fac. Educ./UFRGS, v. 18, n. 2, pp. 73-82, jul./dez., 1993.

ETGES, N.J. Ciência, interdisciplinaridade e educação. In: JANTSCH, Ari Paulo & BIANCHETTI, Lucídio (Org.). **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.**

FAZENDA, I. C. A. (Org.). **A virtude da força nas práticas interdisciplinares**. São Paulo: Papyrus, 1999.

FERREIRA, M.E.C. **O enigma da inclusão: das intenções às práticas**. Revista Educação e Pesquisa. v. 33 n.3 São Paulo set./dez. 2007. Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

FERREIRA, M.E.C. **Práticas interdisciplinares na escola**. São Paulo: Cortez, 1991.

FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. In: JANTSCH, A.P.; BIANCHETTI, L. (Org.). **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GLAT, R. (1989). **Por que formar profissionais em educação especial?** Revista integração, 2(4),11-12.

GOMES, C.; BARBOSA, A. J.G. **Inclusão escolar do portador de paralisia cerebral: atitudes de professores do ensino fundamental**. Rev. bras. educ. espec., Marília, v. 12, n. 1, 2006 .

JANTSCH, A.P.; BIANCHETTI, L. (Org.). **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LAROUSSE, **Grande Dicionário Cultural da Língua Portuguesa**, 1999.

MAZZOTTA, M. J. S. (1982). **Fundamentos de Educação Especial**. São Paulo: Pioneira.

NORBERTO, J. **Produção do conhecimento e interdisciplinaridade. Educação e Realidade**. Porto Alegre: Fac. Educ./UFRGS, v. 18, n. 2, pp. 73-82, jul./dez., 1993.

PIAGET, J. **Problemas gerais da investigação interdisciplinar e mecanismos comuns**. Lisboa: Bertrand, 1973.

POLI, J.F. **Valores pessoais de professores do município de Várzea Paulista frente à inclusão escolar**. 2006. Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento) - Universidade Mackenzie, São Paulo, 2006.

SANTOMÉ, J. T. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. página 45.

SARTORI, S.K. **Perspectivas e limites da profissão de educação física**. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 1997. 159p.

SASSAKI, R.K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.



VILELA, E.M.; MENDES, I.J. M. **Interdisciplinaridade e Saúde: Estudo Bibliográfico.**
Revista Latino-Americana de Enfermagem, volume 11 n° 04. Ribeirão Preto. 2003.